

## **REGULAMENTO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DO PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ**

### **CAPÍTULO 1 Disposições gerais**

#### **Artigo 1.º Objetivo e Âmbito de aplicação**

O presente Regulamento aplica-se a toda a área portuária e tem como objetivo regular a gestão de resíduos no Porto da Figueira da Foz, estabelecendo as regras que permitirão torná-la eficaz e de molde a reduzir as incidências negativas sobre o ambiente.

#### **Artigo 2.º Competências da APFF, S.A.**

1 - A gestão de resíduos nas áreas portuárias é da competência exclusiva da APFF, S.A., sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

2 - A APFF, S.A. poderá licenciar, ou adjudicar a terceiros, qualquer uma das operações de gestão de resíduos.

3 - A APFF, S.A. poderá aceitar resíduos cuja gestão seja da competência de outras entidades, nas condições do presente Regulamento, em condições a acordar com os interessados.

#### **Artigo 3.º Competências de outras entidades**

1 - Constituem exceção ao número 1 do artigo 2.º as seguintes situações relativas à gestão de resíduos:

- a) nas áreas portuárias concessionadas, a gestão é da exclusiva competência do concessionário;
- b) nas instalações licenciadas, a gestão compete ao Titular do Alvará de Licença;
- c) a gestão de resíduos de carga compete às entidades que movimentem as mercadorias;
- d) a gestão de resíduos de navios de pesca compete ao armador ou ao responsável pela gestão do navio.

2 - As entidades referidas no número anterior poderão adjudicar a terceiros o serviço de gestão de resíduos, desde que observadas as condições do presente Regulamento.

#### **Artigo 4.º Obrigações de outras entidades**

As entidades enumeradas no artigo anterior ficam obrigadas a enviar mensalmente à autoridade portuária todas as informações relativas à receção de resíduos provenientes de navios ou resíduos da carga, designadamente, tipo e quantidade de resíduos e respetivo encaminhamento.

## Artigo 5.º Responsáveis

1 - A coordenação dos pedidos de prestação do serviço de receção/recolha de resíduos, na área de competência da APFF, S.A., é da responsabilidade do Serviço de Exploração do Porto Comercial, doravante designado por SEPC.

2 - Nos terminais que operem em regime de concessão de serviço público, caberá ao concessionário a designação do serviço responsável, comunicando-a à APFF, S.A..

## CAPÍTULO II Receção e Gestão de resíduos

### SECÇÃO I Disposições comuns

## Artigo 6.º Definições

**Navio** - uma embarcação que opere no meio marinho, incluindo as embarcações de sustentação dinâmica, veículo de sustentação por ar, submersíveis e estruturas flutuantes;

**Embarcação de pesca** - embarcação equipada ou utilizada comercialmente para a captura de peixe ou outros recursos vivos do mar;

**Embarcação de recreio** - embarcação de qualquer tipo, independentemente do meio de propulsão, utilizada para fins desportivos ou recreativos;

**Resíduos** - quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer, em conformidade com a Lista Europeia de Resíduos;

**Resíduo Urbano** - o resíduo proveniente de habitações, bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações;

**Resíduo Industrial** - os resíduos gerados em processos produtivos industriais, bem como o que resulte das atividades de produção e distribuição de eletricidade, gás e água;

**Resíduo Hospitalar** - os resíduos resultantes de atividades de prestação de cuidados de saúde a seres humanos ou a animais, nas áreas da prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação ou investigação e ensino, bem como de outras atividades envolvendo procedimentos invasivos, tais como acupuntura, *piercings* e tatuagens;

**Resíduo Perigoso** - os resíduos que apresentam uma ou mais características de perigosidade para a saúde ou para o ambiente, nomeadamente os identificados como tal na Lista Europeia de Resíduos;

**Outro tipo de resíduo** - o resíduo não considerado como industrial, urbano ou hospitalar, incluindo, entre outros, os resíduos inertes e os resíduos de construção e demolição;

**Hidrocarbonetos** - o petróleo sob qualquer forma, incluindo petróleo bruto, fuelóleo, lamas, resíduos e produtos refinados, com exceção dos produtos petroquímicos;

**Águas sanitárias** - águas residuais de navio coletadas das instalações sanitárias (lavabos, urinóis, sanitas e banhos), das instalações de cuidados médicos, de espaços contendo animais e ainda outras águas residuais quando misturadas com as atrás referidas;

**MARPOL 73/78** - a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, de 1973, alterada pelo Protocolo de 1978;

**Resíduos Gerados em Navios** - todos os resíduos, incluindo as águas sanitárias, e os resíduos que não sejam resíduos de carga, produzidos no serviço do navio e abrangidos pelos anexos I, IV, V e VI da MARPOL 73/78, bem como os resíduos associados à carga, conforme definido nas diretrizes para a aplicação do anexo V da MARPOL 73/78;

**Matérias de Categoria I ou Subprodutos de origem animal** - restos de cozinha e mesa do transporte internacional, incluídos nos subprodutos animais não destinados ao consumo humano, nos termos do Regulamento CE n.º 1069/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro;

**Resíduos Associados à Carga** - quaisquer materiais utilizados para acondicionamento e para a movimentação da carga, tais como papel, cartão, madeiras, materiais de embalagem, precintas de aço, entre outras;

**Resíduos da Carga** - os restos das matérias transportadas como carga em porções ou em tanques de carga inerentes às operações de carga/descarga e operações de limpeza, incluindo excedentes de carga ou descarga e derrames;

**Resíduos Operacionais** - os resíduos gerados em navios, excluindo os resíduos de hidrocarbonetos e as águas sanitárias, e ainda os resíduos não perigosos de carga ou associados à carga;

**Gestão de Resíduos** - as operações de recolha, transporte, a valorização e a eliminação de resíduos;

**Abandono** - a renúncia ao controlo de resíduo sem qualquer beneficiário determinado, impedindo a sua gestão;

**Recolha** - a apanha de resíduos, incluindo a triagem e o armazenamento preliminares dos resíduos, para fins de transporte para uma instalação de tratamento de resíduos;

**Recolha seletiva** - a recolha efetuada de forma a manter o fluxo de resíduos separados por tipo e natureza, com vista a facilitar o tratamento específico;

**Transporte** - a operação de transferir os resíduos para o exterior das instalações portuárias;

**Armazenagem** - a deposição temporária e controlada, por prazo determinado, de resíduos antes do seu tratamento;

**Tratamento** - qualquer operação de eliminação ou valorização ou de eliminação de resíduos, incluindo a preparação prévia a estas operações;

**Triagem** - o ato de separação de resíduos mediante processos manuais ou mecânicos, sem alteração das suas características, com vista ao seu tratamento;

**Valorização** - qualquer operação de reaproveitamento de resíduos prevista na legislação em vigor, cujo resultado principal seja a transformação dos resíduos de modo a servirem um fim útil ou a preparação dos resíduos para esse fim.

**Eliminação** - qualquer operação que não seja de valorização e que visa dar um destino final adequado aos resíduos, nos termos previstos na legislação em vigor, tais como, a deposição em aterro, a incineração, o tratamento físico-químico entre outros.

**e-GAR** - Guia de acompanhamento de resíduos, o documento eletrónico disponível na plataforma eletrónica da Agência Portuguesa do Ambiente.

#### **Artigo 7.º** **Proibições**

É expressamente proibido em toda a área de jurisdição da APFF, S.A.:

- a) o abandono de resíduos;
- b) a colocação indevida de um resíduo em local ou contentor que não lhe esteja destinado;
- c) a mistura de resíduos separáveis;
- d) a mistura de óleos usados de diferentes características ou com outros resíduos ou substâncias, que dificulte a sua valorização em condições ambientalmente adequadas, nomeadamente, para fins de regeneração;
- e) a queima a céu aberto de qualquer tipo de resíduos;
- f) a injeção, depósito ou descarga de resíduos no solo;
- g) qualquer descarga de óleos usados nas águas de superfície, subterrâneas, costeiras e marinhas e nos sistemas de drenagem de águas residuais.

#### **Artigo 8.º** **Tipologia, recolha e encaminhamento de resíduos**

1 - A tipologia dos resíduos e o modo de recolha face às suas características encontram-se estabelecidos nos quadros do Anexo I do presente Regulamento.

2 - Os produtores ou detentores de resíduos são responsáveis por separar os resíduos que produzem ou detêm, evitando a sua mistura e por colocá-los nos contentores que a estes sejam destinados.

3 - Os responsáveis pela recolha, quaisquer que estes sejam, devem efetuar a de modo a evitar a contaminação da área envolvente, encaminhando os resíduos para o transportador autorizado nos termos do artigo 9.º e garantindo que lhe é dado um destino adequado, em conformidade com a legislação em vigor.

#### **Artigo 9.º** **Transporte de Resíduos**

1 - O transporte de resíduos pode ser realizado pelo produtor ou detentor dos resíduos ou, ainda, por entidades que procedam à gestão de resíduos e deve observar os requisitos estabelecidos na legislação específica de resíduos e, em tudo que não a contrarie, na legislação em vigor em matéria de circulação e de transportes rodoviários, ferroviários, fluviais, marítimos e transporte de mercadorias perigosas.

2 - O produtor ou detentor e o transportador de resíduos respondem solidariamente pelos danos causados pelo transporte de resíduos.

3 - O transporte deve ser efetuado em condições ambientalmente adequadas de modo a evitar a sua dispersão e derrame, e observando, designadamente, os seguintes requisitos:

- a) Os resíduos líquidos e pastosos devem ser acondicionados em embalagens estanques, em veículos-cisterna ou em veículos de caixa estanques;
- b) Os resíduos sólidos podem ser acondicionados em embalagens ou, quando for viável, transportados a granel ou em fardos em veículos ou contentores fechados ou cobertos;
- c) Todos os elementos de um carregamento devem ser convenientemente arrumados na caixa do veículo ou contentor e escorados ou amarrados, por forma a evitar deslocações entre si ou contra as paredes do veículo ou contentor;
- d) Quando no carregamento, durante o percursos ou na descarga, ocorrer algum derrame, a zona contaminada deve ser imediatamente limpa, recorrendo a produtos absorventes, quando se trate de resíduos líquidos ou pastosos, e comunicada a ocorrência à APFF, S.A..

4 - O transporte de resíduos é obrigatoriamente acompanhado por uma e-GAR, Guia eletrónica de resíduos. São exceção:

- a) Transporte de resíduos urbanos, efetuado pelo Município ou respetiva entidade gestora;
- b) O transporte de resíduos provenientes de obras, desde que não exceda os 3 metros cúbicos;
- c) O transporte pelos distribuidores, quando a venda de um produto ou equipamento implique a entrega e transporte do resíduo equivalente até às suas instalações e desde que acompanhado da fatura de venda do produto ou documento equivalente;
- d) O transporte de resíduos efetuado pelo produtor inicial dos resíduos para armazenagem em instalações sob a responsabilidade do mesmo produtor, para efeitos do acondicionamento necessário ao seu posterior tratamento, excluindo-se os resíduos de construção e demolição.

5 - O produtor ou detentor de resíduos devem emitir a e-GAR em momento prévio ao transporte de resíduos, garantindo que a saída de resíduos das instalações portuárias é acompanhada da respetiva e-GAR.

6 - O transporte de subprodutos de origem animal será acompanhado da Guia Modelo 376/DGAV, retendo o produtor o quadruplicado do documento.

#### **Artigo 10.º** **Operadores de resíduos**

Só podem prestar serviço no Porto da Figueira da Foz, os operadores de resíduos devidamente licenciados pela APFF, S.A..

#### **SECÇÃO II** **Regras para a recolha de resíduos pela APFF, S.A.**

#### **Artigo 11.º** **Recolha de resíduos face às suas características**

1 - A entrega ou o depósito direto dos resíduos nos contentores ou locais de recolha da APFF, S.A., obriga os produtores ou detentores a observar as regras estabelecidas no artigo 8.º.

2 - A recolha dos resíduos será objeto de acompanhamento pelo serviço responsável da APFF, S.A..

#### **Artigo 12.º** **Horário de recolha**

1 - A recolha realizar-se-á durante as horas normais de expediente, nos dias úteis, das 08.00 às 12.00 e das 13.00 às 17.00.

2 - Em casos devidamente justificados, poderá esta operação realizar-se fora do horário fixado no número anterior.

#### **Artigo 13.º** **Quantificação de resíduos**

1 - A receção de resíduos sujeitos a pagamento de tarifa específica será objeto de quantificação, mediante avaliação do volume recebido ou pesagem em báscula da APFF, S.A.

2 - Os demais resíduos serão sujeitos a quantificação, em conformidade com o número anterior ou, na impossibilidade de medição ou pesagem, por estimativa.

### **SECÇÃO III** **Receção de resíduos de navio e resíduos da carga**

#### **Artigo 14.º** **Notificação**

1 - Os comandantes dos navios com destino ao Porto da Figueira da Foz ou seus representantes, com exceção das embarcações de pesca e as embarcações de recreio com lotação máxima autorizada até 12 passageiros, devem preencher o formulário MARPOL e notificar a autoridade portuária com uma antecedência mínima de vinte e quatro horas relativamente à chegada do navio.

2 - A notificação pode ser apresentada em período inferior ao referido, quando a escala ao Porto da Figueira da Foz não for conhecida antes das 24 horas, ou se só for conhecida durante a partida do porto anterior e a duração da viagem for inferior a 24 horas.

3 - O formulário de notificação está disponível na JUP (Janela Única Portuária), designado como módulo MARPOL.

#### **Artigo 15.º** **Autorização de Receção**

1 - A notificação será objeto de apreciação, pelo SEPC, após avaliação da capacidade dos meios de receção e definição das condições em que esta poderá ser efetuada.

2 - Nas áreas portuárias sob gestão de outras entidades, cabe ao concessionário ou responsável por ele indicado adotar os procedimentos referidos no número anterior.

**Artigo 16.º**  
**Receção de resíduos**

1 - O comandante de um navio que escale ou opere no Porto da Figueira da Foz deve entregar, antes da partida, todos os resíduos gerados no navio e assegurar-se que são entregues os resíduos das cargas.

2 - Constituem exceção ao disposto no número anterior as situações em que, das informações prestadas pelo Comandante, a autoridade portuária conclua que o navio dispõe de capacidade de armazenamento suficiente para todos os resíduos gerados, que se acumularam ou que se acumulem durante a viagem projetada até ao porto seguinte, e ainda que este último dispõe de meios adequados de receção.

3 - O comandante do navio deve fornecer informação precisa e correta respeitante aos resíduos que pretende entregar, designadamente, tipo, composição, quantidade e tempo de recolha, sendo responsável por quaisquer danos ou prejuízos que resultem de insuficiência, imprecisão ou erro nas informações prestadas.

**Artigo 17.º**  
**Declaração de Receção de Resíduos**

1 - Após a receção dos resíduos e respetiva quantificação, a APFF, S.A. emitirá a Declaração de Receção de Resíduos, designada por Certificado MARPOL.

2 - Nas áreas portuárias sob gestão de outras entidades, o concessionário ou responsável procederá em conformidade com o número anterior.

**Artigo 18.º**  
**Isenções**

1 - O Conselho de Administração da APFF, S.A. poderá isentar do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 16.º os navios ao serviço de uma linha regular que entreguem os resíduos num determinado porto da sua rota.

2 - O pedido da isenção referida no número anterior deverá ser apresentado por escrito, dirigido ao Presidente do Conselho de Administração da APFF, S.A. e acompanhado dos documentos que comprovem a escala frequente nesse porto e a entrega regular dos resíduos gerados.

3 - A isenção não se aplica às situações de incumprimento dos procedimentos a que o Comandante do navio está obrigado.

**Artigo 19.º**  
**Comunicação de alegadas insuficiências dos meios portuários de receção**

Os comandantes dos navios ou seus representantes podem apresentar reclamações relativas a alegadas insuficiências dos meios portuários de receção, devendo para o efeito preencher o campo de observações existente no formulário MARPOL, disponível na JUP.



#### SECÇÃO IV

##### Receção de resíduos provenientes de instalações terrestres

##### Artigo 20.º

###### Requisição e autorização para receção de resíduos

- 1 - A deposição de resíduos em locais definidos ou contentores da APFF, S.A. está sujeita à prévia autorização, excetuando-se a deposição de RSU nos contentores destinados a este fim.
- 2 - Os produtores ou detentores de resíduos provenientes de instalações sitas no Porto da Figueira da Foz poderão solicitar a recolha de resíduos à APFF, S.A., mediante requisição para recolha, que especifique as quantidades e tipos de resíduos a entregar.
- 3 - O pedido de recolha será objeto de apreciação, pelo SEPC, após avaliação da capacidade dos meios de receção e definição das condições em que esta poderá ser efetuada.

##### Artigo 21.º

###### Receção de resíduos

- 1 - À receção de resíduos provenientes de instalações terrestres aplicam-se as regras de recolha de resíduos pela APFF, S.A., enunciadas na secção II do presente Regulamento.
- 2 - Os produtores ou detentores devem fornecer informação precisa e correta sobre os resíduos que pretendem entregar, sendo responsáveis por quaisquer danos ou prejuízos que resultem de insuficiência, imprecisão ou erro nas informações prestadas.
- 3 - A entrega dos resíduos à APFF, S.A. não exonera os respetivos produtores das responsabilidades previstas na legislação em vigor.

##### Artigo 22.º

###### Comprovativo de receção dos resíduos

A APFF, S.A. emitirá comprovativo de receção dos resíduos, por cada operação ou mensalmente, em função da periodicidade e características da recolha.

#### CAPÍTULO III

##### Obrigações dos concessionários

##### Artigo 23.º

###### Receção de resíduos

- 1 - O concessionário de um terminal, ou parte de terminal portuário, é responsável pela receção de resíduos de navios ou embarcações, devendo dotar-se de todos os meios portuários de receção de resíduos necessários à prestação do referido serviço.
- 2 - A receção de resíduos será controlada, sendo o concessionário responsável pela sua quantificação, bem como pela emissão da Declaração de Receção de Resíduos.



3 - O planeamento da recolha e gestão de resíduos dos navios abrangidos pelo artigo 14.º far-se-á com base nas notificações prévias dos comandantes dos navios, através do módulo informático da JUP, designado por módulo MARPOL.

**Artigo 24.º**  
**Dever de informar**

O concessionário informará a APFF, S.A., no mais breve prazo, sempre que os resíduos abrangidos pela notificação não sejam descarregados atempadamente e em caso de fundada suspeita de tentativa de incumprimento ou negligência.

**CAPÍTULO IV**  
**Disposições finais**

**Artigo 25.º**  
**Fiscalização**

A observância do cumprimento do presente Regulamento está sujeita a fiscalização pelos serviços da APFF, S.A.

**Artigo 26.º**  
**Infrações**

Sem prejuízo do disposto em legislação específica, a infração ao disposto no presente Regulamento constitui contraordenação punível nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 49/2002, de 2 de Março.

**Artigo 27.º**  
**Tarifário**

O tarifário respeitante à recolha de resíduos no Porto da Figueira da Foz encontra-se estabelecido no Regulamento de Tarifas Específico para a Recolha de Resíduos.

**Artigo 28.º**  
**Entrada em vigor**

O presente Regulamento substitui a versão de 1 de outubro de 2014 e entra em vigor no dia 01 de fevereiro de 2018.

**ANEXO 1**  
**TIPOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS**

| TIPO DE RESÍDUO  | MODO DE RECOLHA  |
|--|--|
| <b>MARPOL</b><br><b>ANEXO I</b><br>(Hidrocarbonetos)<br>Todo o tipo de resíduos oleosos ou resultantes do transporte de hidrocarbonetos, tais como óleos usados, lamas e águas oleosas (águas de lastro e águas de lavagem de tanques)   | Recolha até 48 horas, após a receção da notificação MARPOL.<br>Será efetuada por camião-cisterna ou, para quantidades inferiores a um metro cúbico, em contentor, e transportado para operador autorizado de gestão de resíduos.<br>Misturas contendo químicos devem ser declaradas de acordo com as convenções em vigor e estão sujeitas a amostra prévia.  |
| <b>MARPOL</b><br><b>ANEXO II</b><br>(Substâncias Líquidas Nocivas, transportadas a granel, incluindo produtos químicos)<br>Estão também incluídas as águas de lavagem de tanques e resíduos da carga   | Estes resíduos devem normalmente ser entregues aos recebedores de mercadorias ou operadores de estiva, em função do acordado entre estes. A APFF, S.A. poderá efetuar estes serviços nos termos do tarifário em vigor.   |
| <b>MARPOL</b><br><b>ANEXO III</b><br>(Substâncias Perigosas, transportadas em embalagem)   | Estes resíduos estão classificados como resíduos especiais. Devem ser embalados e declarados em conformidade com as normas IMO em vigor.<br>Cada contentor/depósito deve ser selado, devidamente identificado e acompanhado de um termo de responsabilidade, que discrimine o seu conteúdo, o qual será removido para parque provisório da APFF, S.A.  |
| <b>MARPOL</b><br><b>ANEXO IV</b><br>(Águas sanitárias)<br>Inclui águas residuais de navios coletadas das instalações sanitárias, das instalações de cuidados médicos, de espaços contendo animais e outras águas quando misturadas com as atrás referidas (águas negras e águas cinzentas)   | Recolha até 48 horas, após a receção da notificação MARPOL.<br>Será efetuada por camião-cisterna e os resíduos serão transportados para operador autorizado de gestão de resíduos.   |
| <b>MARPOL</b><br><b>ANEXO V</b><br>(Resíduos Operacionais)<br>Resíduos resultantes da normal operação do navio e que estão definidos como: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Resíduos sólidos domésticos</li> <li>b) Frações recolhidas seletivamente (plásticos e embalagens metálicas, papel e cartão, vidro, pilhas e acumuladores de pequena dimensão, tinteiros e <i>toners</i>)</li> <li>c) Resíduos de carga e associados à carga não perigosos destinados a eliminação</li> <li>d) Resíduos Operacionais não perigosos destinados a valorização</li> <li>e) Outros resíduos operacionais, incluindo resíduos de manutenção e cinzas</li> </ul> | Estão permanentemente disponíveis no Porto, durante as horas normais de expediente: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Contentores para Resíduos Sólidos Domésticos e subprodutos (resíduos de alimentos);</li> <li>b) Contentores para recolha seletiva de Embalagens (plásticas e de metal); Vidro; Papel e cartão, Pilhas e acumuladores, Tinteiros, <i>toners</i> e óleo de cozinha;</li> <li>c) Contentor para Resíduos banais de carga ou associados à carga;</li> <li>d) Locais para recolha de madeiras e pequenas sucatas;</li> <li>e) A recolha de outros resíduos operacionais será analisada caso a caso em função das características e dimensões dos resíduos.</li> </ul> Poderão ser requisitados contentores adicionais, com a antecedência mínima de 24 horas (contentores alínea a) e 48 horas (restantes alíneas). |